

8. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA				
	2016		2015		Valor Residual
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
Construção civil	4	23.542	(7.875)	15.667	16.332
Terrenos e propriedades	-	16.911	-	16.911	15.618
Máq. equip. e instalações	10 a 20	30.913	(27.855)	3.058	4.453
Meios de transporte	20	29.631	(24.142)	5.489	7.563
Móveis e utensílios	10	691	(467)	224	233
Equipamentos de informática	20	1.250	(935)	315	370
Imobilizações em andamento	-	1.472	-	1.472	1.144
Coqueiral em produção	1,67	22.475	(7.889)	14.586	14.961
Coqueiral em formação	-	52.116	-	52.116	40.726
Outras imobilizações	10 a 20	2.348	(2.253)	95	206
		181.349	(71.416)	109.933	101.606

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 14.253 mil (2015 - R\$ 14.318 mil), referem-se, principalmente, a: coqueiral em formação de R\$ 11.390 mil (2015 - R\$ 9.336 mil); terrenos e propriedades R\$ 1.294 mil (2015 - R\$ 4 mil); meios de transporte de R\$ 894 mil (2015 - R\$ 1.877 mil); imobilizações em andamento de R\$ 328 mil (2015 R\$ 695 mil) e construção civil de R\$ 142 mil (2015 - R\$ 1.500 mil).

	CONSOLIDADO				
	2016		2015		Valor Residual
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
Construção civil	4	43.400	(17.454)	25.946	25.139
Terrenos e propriedades	-	17.189	-	17.189	15.896
Máq. equip. e instalações	10 a 20	89.168	(66.728)	22.440	24.626
Meios de transporte	10 a 20	32.533	(26.332)	6.201	8.408
Móveis e utensílios	10	1.351	(1.033)	318	348
Equipamentos de informática	20	1.771	(1.402)	369	1.194
Imobilizações em andamento	-	6.444	-	6.444	5.576
Coqueiral em produção	1,67	22.475	(7.889)	14.586	14.961
Coqueiral em formação	-	52.116	-	52.116	40.726
Outras imobilizações	10 a 20	2.593	(2.474)	119	229
		269.040	(123.312)	145.728	137.103

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 20.001 mil (2015 - R\$ 18.422 mil), referem-se, principalmente, a: coqueiral em formação de R\$ 11.390 mil (2015 - R\$ 9.336 mil); máquinas e equipamentos de R\$ 2.644 mil (2015 - R\$ 1.256 mil) meios de transporte de R\$ 1.021 mil (2015 - R\$ 2.050 mil); Terrenos e propriedades de R\$ 1.294 mil (2015 R\$ 4 mil) e em imobilização em andamento de R\$ 3.359 mil (2015 R\$ 4.023 mil).

9. FORNECEDORES

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	2.508	2.642	-	-	8.543	8.504	5.198	5.855
	2.508	2.642	-	-	8.543	8.504	5.198	5.855

No saldo de fornecedores, incluem-se, principalmente, valores referentes as compras de máquinas e equipamentos junto a Tetra Pak, cujo contrato define que os pagamentos ocorrerão em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, com vencimentos até fevereiro de 2022.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Operações FINAME	917	1.203	479	1.395	917	1.203	479	1.395
Operação CPRF	9.714	9.714	9.714	19.429	9.714	9.714	9.714	19.429
Operação NCR	-	6.178	-	-	-	6.178	-	-
Operação PESA - BB	-	-	8.506	8.086	-	-	8.506	8.086
	10.631	17.095	18.699	28.910	10.631	17.095	18.699	28.910

Nas operações Finame, com vencimentos até 2018, incidem encargos financeiros equivalentes aos praticados no mercado, sendo garantidas pelos próprios bens. O saldo da operação CPRF - Cédula de Produto Rural Financeira, contratada em 29/12/2014, será liquidado em 4 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 28/06/2017, e sobre o mesmo incidirá o CDI, acrescido de juros a taxa de 1,8% a.a., O saldo da operação PESA, com vencimento para o ano de 2018, é atualizado tendo por base as condições contratadas, sendo os juros pagos mensalmente, tendo como garantia o Certificado do Tesouro Nacional registrado no ativo não circulante, com resgate para a mesma data.

11. CAPITAL SOCIAL

O capital autorizado é de R\$ 200.000 mil, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 160.538 mil, composto por 17.634.191 ações, sem valor nominal, sendo: 17.234.801 ordinárias; 370.122 preferenciais classe "A" e 29.268 preferenciais classe "B".

As ações preferenciais classe "A" destinam-se a integralização com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e as que vierem a ser bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais classe "B" destinam-se a subscrição e integralização por pessoas jurídicas controladoras, controladas e/ou coligadas, exclusivamente com recursos próprios, e as que vierem a ser bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da sociedade.
- Prioridade no recebimento de um dividendo igual ao que for atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado.
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas da correção monetária do capital realizado e da capitalização de reservas e lucros, qualquer que seja a origem e natureza dos mesmos.
- Participação integral nos resultados da sociedade.

12. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas possuem demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nos âmbitos judicial e administrativo, algumas amparadas por depósitos judiciais. Entretanto, em 31 de dezembro de 2016 não existia qualquer ação de valor relevante que seus assessores jurídicos tenham indicado como de possível julgamento desfavorável.

13. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia**. Ananindeua - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de dezembro de 2016** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de dezembro de 2016**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada de "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Parte significativa das transações comerciais e financeiras é realizada com a controladora e controladas. Dessa forma, as demonstrações contábeis, referidas no primeiro parágrafo, são indicadoras da posição patrimonial e financeira, bem como do resultado das operações da Companhia operando sob este contexto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e con-

solidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliação a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua - PA, 10 de fevereiro de 2017.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - PE - 000680/O-0 - "S" - PA

Paulo de Tarso M. Malta Junior
Contador - CRC - PE - 0018346/O-6 - "S" - PA

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA****CONTADOR****EFETIVOS**

JOSÉ GIVAGO RAPOSO TENÓRIO
EMERSON DE MELO TENÓRIO
JOÃO FERRO NOVAES NETO
RICARDO JORGE TENÓRIO BARBOSA
LEONARDO PERMAN TENÓRIO
JOSÉ IVON TENÓRIO UCHOA

SUPLENTES

FLÁVIA PERMAN TENÓRIO
GILVANA RAPOSO TENÓRIO
TEREZA DE FÁTIMA RAPOSO
TENÓRIO LINDOSO

EMERSON DE MELO TENÓRIO
Diretor Superintendente - Executivo
CPF/MF 003.320.894-87

ANTÔNIO EMIL DOS SANTOS
LOURENÇO CASTANHEIRA MACEDO
Diretor Superintendente
CPF/MF 431.218.967-68

FLÁVIA PERMAN TENÓRIO
Diretora Superintendente
CPF/MF 019.920.774-79

MARCOS SILVA DOS SANTOS
CRC PA - 014562/O-1T-AL
CPF/MF 787.289.914-00